

Parecer nº 5/IEF/NAR JANUARIA/2025

PROCESSO Nº 2100.01.0026305/2024-02

**PARECER ÚNICO****1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL**

Nome: GIUMARCO ALVES PEREIRA	CPF/CNPJ: 096.394.746-06
Endereço: Rua M, 264 A	Bairro: ELDORADO
Município: Januária	UF: MG
Telefone: (38) 99931-0758 / (38) 99855-6447	E-mail: ambientalregularizacao@gmail.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( X ) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

**2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL**

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	E-mail:

**3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**

Denominação: Fazenda Campo Grande ou Vargem Bonita	Área Total (ha): 100,1749
Registro nº: 28.385	Município/UF: Januária/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3135209-2069.6483.10F8.4670.BF4E.49F3.83A4.B704	

**4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	9,5	hectares

**5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO**

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	9,5	hectares	23L	478.532	8.302.534
				478.119	8.302.329
TOTAL					

**6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA**

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Pecuária	Área de pastagem	9,5

**7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL**

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional	Área (ha)
------------------------------	----------------------	---------------------	-----------

Cerrado	cerrado	inicial	9,5

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa	-----	158,365	m <sup>3</sup>

### 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 26/08/2024.

Data da vistoria: 07/01/2025.

Data de solicitação de informações complementares: Não se aplica.

Data do recebimento de informações complementares: Não se aplica.

Data de emissão do parecer técnico: 28/01/2025.

### 2. OBJETIVO

É objetivo deste parecer, a análise do requerimento para a intervenção ambiental de supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, em 9,5 hectares, na Fazenda Campo Grande ou Vargem Bonita, no município de Januária/MG, para implementação de uma área para criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos. O material lenhoso (equivalente a 158,365 de lenha de floresta nativa) será utilizado para uso interno no imóvel ou empreendimento e comercialização “*in natura*”.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

#### 3.1 Imóvel rural:

A propriedade rural em análise é denominada Fazenda Campo Grande ou Vargem Bonita, está localizada no município de Januária/MG, e está registrada na matrícula 28.385. Possui uma área total de 100,1749 hectares.

#### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3135209-2069.6483.10F8.4670.BF4E.49F3.83A4.B704

- Área total: 100,0881 ha (Módulos Fiscais: 1,5398)

- Área de reserva legal: 26,4071 ha

- Área de preservação permanente: 0 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 14,2481 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada

( ) A área está em recuperação

( ) A área deverá ser recuperada

- Formalização da reserva legal:

( ) Proposta no CAR (X) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento: Av-1-28.385 (matrícula atual) / Av-1-28.018 (matrícula antiga): 33 ha

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: Declarada no CAR: 1; Averbada em matrícula: 2.

- Parecer sobre o CAR:

As informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

Nos termos do Decreto Estadual nº 47.749, de 11 de novembro 2019, a localização da Reserva Legal não está aprovada conforme o CAR verificado na data de 30/10/2023.

Art. 88 – A autorização para intervenção ambiental com supressão de vegetação nativa, exceto o corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, somente poderá ser emitida após a aprovação da localização da Reserva Legal, declarada no CAR.

§ 1º – A aprovação a que se refere o *caput* constará em parecer do órgão ambiental responsável pela análise da intervenção ambiental com supressão de vegetação nativa.

§ 2º – A aprovação da localização da área de Reserva Legal levará em consideração os critérios ambientais elencados no art. 26 da Lei nº 20.922, de 2013.

O imóvel em análise foi originado de um desmembramento ocorrido após 22/07/2008. Assim, a Reserva Legal está distribuída nos imóveis menores e originados e mantém os 20% em relação ao tamanho do imóvel em 22/07/2008.

Da Resolução Conjunta Semad/IEF nº3.132, 07 de abril de 2022:

Art. 58 – Para constituição de áreas de Reserva Legal em imóveis rurais decorrentes de desmembramento ou fracionamento deverá ser observada a cadeia dominial do imóvel, para fins de aplicação de benefícios e restrições legais, tendo como marco temporal a data de 22 de julho de 2008, e considerando para todos os fins o que foi definido na averbação da matrícula do imóvel rural, no termo de compromisso ou documento similar firmado com o órgão ambiental.

§ 1º – Quando o imóvel original, objeto do desmembramento ou fracionamento, tiver área igual ou inferior a quatro módulos fiscais, em 22 de julho de 2008, a Reserva Legal a ser constituída deverá observar a proporcionalidade da vegetação nativa existente nesta data, ressalvada a hipótese de obrigação assumida anteriormente com o órgão ambiental.

§ 2º – **Quando o imóvel original, objeto do desmembramento ou fracionamento, tiver área maior a quatro módulos fiscais em 22 de julho de 2008, a Reserva Legal a ser constituída deverá observar o percentual mínimo de 20% (vinte por cento), admitindo-se a utilização de quaisquer das alternativas previstas no art. 38 da Lei nº 20.922, de 2013, isolada ou conjuntamente, para sua regularização. (grifo nosso)**

#### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Está sendo requerida a supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, em 9,5 hectares, na Fazenda Campo Grande ou Vargem Bonita, no município de Januária/MG, para implementação de uma área para criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos. O material lenhoso (equivalente a 158,365 de lenha de floresta nativa) será utilizado para uso interno no imóvel ou empreendimento e comercialização “*in natura*”.

A área requerida está localizada no Bioma Cerrado, a fitofisionomia predominante localmente na área Vegetação Campestre com presença de espécies da fitofisionomia cerradão. As principais espécies são Tingui, cajuzinho-do-cerrado, jatobá, pau doce, jacarandá, pau -terra entre outras. Não foram identificadas a existência de espécies ameaçadas de extinção na área alvo.

Taxa de Expediente: R\$ 707,48 (DAE nº 1401336203226, quitado em 29/04/2024).

Taxa florestal: R\$ 1.170,57 (DAE nº 2901336204166, quitado em 29/04/2024).

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23133264.

#### **4.1 Das eventuais restrições ambientais:**

- Vulnerabilidade natural: Alta

- Prioridade para conservação da flora: Baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Não se aplica

- Unidade de Conservação: Não se aplica.

#### **4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

- Atividades desenvolvidas: G-02-07-0 Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo

- Atividades licenciadas: G-02-07-0 Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo

- Classe do empreendimento: Não se aplica.

- Critério locacional: Peso 2

- Modalidade de licenciamento: Não passível.

#### **4.3 Vistoria realizada:**

A vistoria foi realizada no dia 07/01/2025 de forma remota, nos termos do art. 24 da Resolução conjunta IEF/Semad nº 3102 de 2021. Foi constatado que o imóvel está no bioma cerrado, fora do mapa de aplicação da Lei Federal 11.428/2006 e sem intervenção ambientais desde a data de 22/07/2008. As inconsistências com relação ao CAR foram sanadas, não havendo sobreposição de áreas especialmente protegidas na área requerida.

##### **4.3.1 Características físicas:**

- Topografia: A forma de relevo é planície, relevo plano.

- Solo: Os tipos de solos classificados de acordo com o IDE-SISEMA LVd12 - Latossolos Vermelhos Distróficos + Neossolos Quartzarênicos Órticos.

- Hidrografia: Bacia hidrográfica do Rio São Francisco, sub bacia rio urucuia, na propriedade não possui rios, lagoas ou outro corpo hídrico.

##### **4.3.2 Características biológicas:**

- Vegetação: Fitofisionomia: Cerrado; Bioma: Cerrado

- Fauna: As espécies da fauna, que podem ser encontrados com uma frequência maior, são o saruê, a capivara, mico-estrela. Dentre os mamíferos mais conhecidos, há onça pintada, tatucanastra, veado-mateiro, raposa-do-campo, gato do-mato, macaco-prego, tamanduá bandeira, lontra, catitu, queixada, paca, dentre muitos outros. No grupo dos reptéis pode-se encontrar cobras, como a jararaca, cobra-coral, cobra-capim e a cascavel; jabutis; lagartos, na Avifauna algumas espécies que podem ser encontradas são

Seriema (*Cariama cristata*), Coruja-buraqueira (*Athene cunicularia*)", canarinho, periquito dentre outras.

#### 4.4 Alternativa técnica e locacional:

Não se aplica.

### 5. ANÁLISE TÉCNICA

É objetivo deste parecer, a análise do requerimento para a intervenção ambiental de supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, em 9,5 hectares, na Fazenda Campo Grande Ou Vargem Bonita, no município de Januária/MG, para implementação de uma área para criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos. O material lenhoso (equivalente a 158,365 de lenha de floresta nativa) será utilizado para uso interno no imóvel ou empreendimento e comercialização “*in natura*”.

As informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

A vegetação foi classificada como "cerrado" e atende ao disposto na Resolução Conjunta Semad/IEF nº 3102/2021.

Não foram detectadas vedação para o deferimento do pedido, nos termos do Decreto Estadual nº 47.749, de 11 de novembro de 2019.

#### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Não se aplica.

### 6. CONTROLE PROCESSUAL

#### I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo empreendedor **Giumarco Alves Pereira**, conforme consta nos autos, para **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 9,5ha**, na Fazenda Campo Grande ou Vargem Bonita, localizada no município de Januária/MG, conforme matrícula nº 28.385, do CRI de Januária/MG.

2 – A propriedade possui área total de 100,1749ha e área de reserva legal preservada, dentro do imóvel e proposta no CAR. As informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida. O empreendedor apresentou protocolo do projeto no sinaflor nº 23133264.

3 – A intervenção tem por finalidade a implementação de uma área para criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos.

4 – As atividades desenvolvidas no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadram-se como não passível de licenciamento ambiental para “Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo”, conforme informado no requerimento de intervenção ambiental e no PIA anexado aos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, matrícula, mapas, PIA, CAR, sinaflor, taxas e respectivos comprovantes de pagamento, e demais documentos pertinentes anexados aos autos do processo administrativo.

## II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento de intervenção ambiental é passível de autorização nos seguintes moldes: **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 9,5ha**, e uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes e conforme explanação contida no parecer técnico. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma cerrado, fitofisionomia predominante localmente na área Vegetação Campestre com presença de espécies da fitofisionomia cerradão, está fora da área prioritária para conservação da Biodiversidade e alta vulnerabilidade natural, não se localizando em unidade de conservação conforme análise do IDE SISEMA e informado no parecer técnico.

O parecer técnico solicita a supressão de 9,5 hectares de vegetação nativa na Fazenda Campo Grande ou Vargem Bonita, em Januária/MG, para criação de animais. A área está no Bioma Cerrado, com vegetação campestre e espécies típicas do cerradão, sem espécies ameaçadas. A vistoria remota, conforme a Resolução Conjunta IEF/Semad nº 3102/2021, confirmou a conformidade com a legislação vigente e a ausência de sobreposição com áreas protegidas. O material lenhoso será utilizado internamente ou comercializado. Não foram encontradas vedações para o deferimento do pedido, conforme o Decreto Estadual nº 47.749/2019.

7 - Considerando que trata-se de requerimento de supressão inferior a 50ha será condicionado no parecer a apresentação do relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento da fauna silvestre terrestre, nos moldes da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3102/2021 e termo de referência constante no site oficial do IEF.

8 - Como medidas ecológicas de caráter mitigador e compensatório, o Requerente deverá cumprir as medidas estabelecidas no Parecer Técnico.

9 - Insta ressaltar, que a inexecução total ou parcial das medidas mitigadoras e compensatórias, ensejará sua remessa ao Ministério Público, para execução das obrigações, sem prejuízo das demais sanções legais.

10 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

## III) Conclusão:

11 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização nos seguintes moldes: **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 9,5ha**, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

**Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, prorrogável uma única vez por igual período, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 7º.**

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do

DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

## 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, em 9,5 hectares, na Fazenda Campo Grande ou Vargem Bonita, no município de Januária/MG, para implementação de uma área para criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos. O material lenhoso (equivalente a 158,365 de lenha de floresta nativa) será utilizado para uso interno no imóvel ou empreendimento e comercialização “*in natura*”.

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Não se aplica.

### 8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica.

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ (X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ ( ) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ ( ) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10. CONDICIONANTES

1 - Apresentação de relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afastamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência específico. Prazo: 60 dias após a intervenção ambiental.

## INSTÂNCIA DECISÓRIA

☐ ( ) COPAM / URC    ☒ (X) SUPERVISÃO REGIONAL

## RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Cássio Strassburger de Oliveira  
MASP: 1.367.515-2

**RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO**

Nome: Luiz Alberto de Freitas Filho  
MASP: 1.364.254-1



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto de Freitas Filho**, **Servidor (a) Público (a)**, em 29/01/2025, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Luiz Mamede**, **Chefe Regional**, em 30/01/2025, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **106345423** e o código CRC **CC4E8B1F**.

Referência: Processo nº 2100.01.0026305/2024-02

SEI nº 106345423